

ADUFRGS 25 ANOS

Lançamento de exposição e livro sobre a história e as memórias da associação somam-se aos eventos comemorativos dos 25 anos, completados em 2003.

Página 5

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Esquenta o debate na Ufrgs

O novo sistema de avaliação da educação superior, financiamento das Ifes e formas de acesso à universidade estiveram em discussão durante o mês de julho. Os seminários, promovidos pela Adufrgs, aconteceram em preparação à audiência sobre Reforma Universitária que deve acontecer no mês de agosto em Porto Alegre.

Páginas 6 e 7

"As escolhas de Sofia"

Reprodução / Óleo sobre tela de Graci Kaley Costa Braga



Em abril o governo apresentou proposta de reajuste salarial baseado em gratificações a várias categorias do funcionalismo. Nada apresentou aos militares. Dois para três meses depois, as categorias a quem as propostas haviam sido feitas, ainda que inconformadas com um reajuste em gratificações, conseguiram acertar-se e assinar, na sua grande maioria, os seus acordos com o governo. Os militares então mobilizaram-se. Também queriam reajuste. Da apresentação de sua proposta à solução favorável decorreram não mais do que 15 dias. E o que obtiveram não foi sobre as gratificações, mas sobre o vencimento, sendo o impacto sobre as contas do governo de 750 milhões.

Para os docentes do primeiro e segundo graus e ensino tecnológico, no decorrer das negociações, o governo ofereceu um montante de recursos que permitiu a substituição da gratificação GID por uma outra gratificação, não produtivista, com isonomia entre ativos e aposentados e um reajuste não desprezível para os ativos.

O valor que o governo diz dispor para os docentes de terceiro grau das federais é de 231 milhões. A mesma lógica do reajuste do primeiro e segundo graus, se aplicada à carreira do terceiro grau, tendo em vista o

montante disponibilizado para os docentes, significa reajuste praticamente zero para os ativos, o que é inaceitável. Simulações de outras possibilidades de reajuste, colocadas pelo governo, tem colocado o sindicato face a verdadeiras escolhas de Sofia, onde ora vão para o sacrifício os ativos, ora os inativos, e com percentuais de reajuste cada vez menores.

Para fugir ao impasse, a Adufrgs e várias outras ADs aprovaram em suas assembleias gerais a aceitação, em caráter emergencial, da proposta original do governo, de abril, com o comprometimento do governo de estabelecimento de cronogramas de discussão de questões como isonomia ativos e inativos, incorporação de gratificações, nova carreira e preenchimento por concurso de vagas em aberto, além da extensão do reajuste a realmente todos os docentes de terceiro grau.

Salário não é apenas uma questão sindical, é também e sobretudo uma questão de preservação institucional. Os meses passam. Faz-se imperioso que a presteza e a sensibilidade demonstrada pelo governo no trato da questão salarial do funcionalismo militar se estenda ao funcionalismo civil, antes que só reste aos desconsiderados a adoção de medidas extremas.

Cidadão Emérito

Eduardo Henrique de Rose, professor da Escola Superior de Educação Física da Ufrgs, é o mais novo Cidadão Emérito de Porto Alegre. Atual presidente da International Federation of Sports Medicine, recebeu o título em sessão solene da Câmara Municipal de Porto Alegre. Nascido na capital gaúcha, de Rose graduou-se em medicina pela Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas e concluiu o doutorado na Universidade de Colônia, na Alemanha, e na Universidade La Sapienza, em Roma. O homenageado possui ainda títulos de especialista em áreas como Ciências Biológicas, Medicina do Esporte e Educação Física, pela Ufrgs e pela Federação Alemã de Medicina do Esporte. Além de professor na Ufrgs, Eduardo de Rose integrou a Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte, o Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte, o American College of Sports Medicine e a British Society of Sports Medicine, entre várias outras entidades.

Legalização do aborto

A 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres encerrou com uma resolução que promete polêmica. O documento original da Conferência, com as diretrizes de uma nova política, falava em rever a legislação que pune a realização do aborto e avaliar as possibilidades de sua descriminalização e legalização. Mas as delegadas que participaram do encontro decidiram que a posição deveria ser mais incisiva. Por ampla maioria, aprovaram uma emenda transformando a avaliação da possibilidade em recomendação: "a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres recomenda a descriminalização e a legalização do aborto". O posicionamento deve ser polêmico principalmente porque o governo brasileiro nunca se dispôs a enfrentar os segmentos religiosos que consideram o aborto um crime. O governo não é obrigado a incluir a legalização do aborto no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende lançar no dia 25 de novembro - Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.

Uréia contra poluição

A indústria automobilística européia achou uma solução inusitada para diminuir a poluição nas estradas: misturar uréia ao óleo diesel dos caminhões. A partir de 2007, os caminhões que trafegam pela Europa vão ter que obedecer normas mais rígidas de proteção ao meio-ambiente. Neste ano, entrará em vigor uma nova lei da União Européia que limita ainda mais a emissão de poluentes por parte de caminhões pesados. A solução encontrada pelas montadoras foi misturar uréia ao combustível.

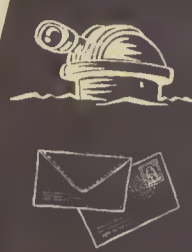
A substância é encontrada na urina humana, mas também pode ser fabricada industrialmente. Misturada ao diesel, a uréia libera amoníaco em um catalisador, que neutraliza grande parte do poluente óxido de nitrogênio, expelido pelos caminhões.

Pré-história na França

Foi inaugurado no vale de Vezere o Museu Nacional de Pré-História de Eyzies, o maior da Europa em seu gênero, com uma coleção de seis milhões de obras e 18 mil peças expostas. O museu nacional conta com 400 mil anos de presença de homínidos (do homem de Neanderthal ao Homo Sapiens) no vale de Vezere, considerado patrimônio mundial da Unesco desde 1979 e local onde foram encontrados em 1940 as célebres pinturas rupestres da caverna de Lascaux. No total, foram descobertos no vale 147 centros de cultura paleolítica e 25 cavernas com pinturas rupestres. O museu, que custou 24,4 milhões de euros, demorou seis anos para ser concluído e espera cerca de 300 mil visitantes por ano.

Quilombolas ameaçados pela Base de Alcântara

Desde 1984, quando foi implementado o Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), no Maranhão, as comunidades do local vêm lutando pela garantia do direito à moradia adequada e da livre autodeterminação. Para garantir a construção da base, 312 famílias pertencentes a 32 comunidades quilombolas tiveram suas terras expropriadas pelas Forças Armadas, foram deslocadas e reassentadas nas chamadas agrovilas. Anos depois, esses locais se mostraram totalmente inadequados às necessidades de sobrevivência destas populações. Além de serem afastados da costa litorânea, fonte tradicional de pesca e alimentação da população, o solo das agrovilas não oferece condições férteis para o plantio. Hoje, essas famílias precisam pagar pela água, a qual antes tinham acesso gratuito. Um manifesto assinado pela organização nacional Centro de Justiça Global e por outras entidades internacionais de defesa dos Direitos Humanos e luta contra pobreza, deve chegar às mãos do governo federal até o final do mês. O documento, que será entregue aos ministérios da Defesa, da Ciência e Tecnologia, da Cultura e do Desenvolvimento Agrário e às secretarias especiais de Direitos Humanos e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, quer denunciar a situação em que se encontram as 153 comunidades remanescentes de quilombos.



Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1º secretária: Daniela Marzola Fialho
2º secretária: Elisabete Zardo Búrigo
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1º suplente: Náya Pesce da Silveira

FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO

Evento se internacionaliza

De 28 a 31 de julho, Porto Alegre volta a sediar o Fórum Mundial de Educação (FME) que, desde 2002, vem reunindo educadores do mundo inteiro para debater alternativas ao processo de mercantilização do ensino.

Segundo o Comitê de Organização, são esperadas mais de 20 mil pessoas para o 3º FME. Contribuindo com representantes de cerca de 30 países, que devem elaborar princípios para uma agenda mundial de lutas, a Adufrgs participará com uma atividade autogestionada durante o Fórum. A mesa-redonda "Financiamento do Ensino Superior" acontecerá no dia 30 de julho, quando também será lançado o Portal da Reforma Universitária mantido pela Adufrgs.

Os números confirmam que a internacionalização do processo do FME é uma realidade. Mais de 14

mil pessoas de 34 países já se inscreveram para participar das conferências e debates temáticos, além da apresentação de mais de 1.500 trabalhos elaborados por educadores de vários países. As maiores delegações são as do Brasil, Uruguai, Argentina, República Democrática do Congo, Canadá, Espanha e Colômbia.

Uma estrutura de apoio está sendo preparada no Aeroporto Internacional Salgado Filho e na Usina do Gasômetro. Nestes locais, funcionará o Serviço de Atenção ao Turista, que indicará onde há hospedagem disponível. Na Usina, o

horário de atendimento será das 10h às 22h e, no aeroporto, das 07h30min às 23h45min. Além disso, durante os dias do Fórum, a quadra poliesportiva do Ginásio Tesourinha será transformada em alojamento, onde cerca de 1200 pessoas terão a oportunidade de conviver e trocar experiências. O Espaço da Juventude espera por jovens das mais diversas regiões do País e do mundo, muitos deles representantes de instituições do movimento estudantil. O intuito é proporcionar atividades específicas aos estudantes na discussão de temáticas ligadas à educação.

CAMPANHA SALARIAL

Acordo pode sair a qualquer momento

O impasse entre docentes das Ifes e o governo federal está próximo do fim. Na última rodada de negociações, dia 22 de julho, os ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e da Educação (MEC) apresentaram uma nova proposta de reajuste que se aproxima da reivindicação dos professores. Uma nova rodada de assembleias deve acontecer em todo o Brasil para apreciar a proposta e no dia 28 Sindicato e governo voltam a negociar, quando pode ser finalmente assinado um acordo.

As assembleias devem decidir também se suspendem ou não o indicativo de greve, aprovado por 22 das 63 ADs. Entre as que rejeitaram a possibilidade de paralisação está a Adufrgs, que aposta em um desfecho rápido das negociações.

A nova proposta consiste na substituição da GED por outra gratificação não produtivista, o que beneficiaria também os aposentados. Os professores com dedicação exclusiva que estão na ativa podem ter reajustes entre 15,7% e 17,08%. O aumento dos aposentados seria de 32,92% a 36,27%, segundo informações do secretário Executivo adjunto do MEC, Jairo Jorge da Silva.

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa disse que o governo finalmente reconheceu que a reivindicação da categoria era justa.

Praticamente todo o funcionalismo federal já entrou em acordo com o governo, inclusive os profes-



Clarissa Pont

Assembleia: professores da Ufrgs rejeitam greve e apostam em acordo

sores dos ensinos fundamental, médio e tecnológico, que começam a receber seus salários reajustados em agosto. Técnico-administrativos estão parados desde o dia 25 de junho, porque o governo não teria cumprido o acordo.

A proposta apresentada pelo MPOG no dia 14 de julho foi rejeitada pela diretoria da Adufrgs. Segundo o vice-presidente da entidade, Eduardo Rolim de Oliveira, os valores propostos estavam bem abaixo dos que haviam sido apresentados em abril e alguns

eram menores do que a inflação. "Como já havia decisão de assembleia anterior de que não aceitaríamos qualquer reajuste inferior à inflação, nem levamos a proposta à assembleia", explicou.

A situação vem se arrastando desde que o governo lançou uma proposta de reajuste em abril. Vale lembrar que a pauta de reivindicações original dos docentes pedia reajuste de 127%, para repor as perdas desde 1995, sendo que 57,9% deveriam ser aplicados imediatamente.

Programação FME

28 de Julho de 2004

1ª Conferência:

A Educação para Além do Capital

Conferencistas: István Mészáros (Inglaterra), Pablo Gentili (Brasil)

Debatedor: Ricardo Antunes (Brasil)

Coordenação: Maria de Fátima Baierle (Brasil)

Entidade: SMED

Relatoria: Juçara Dutra (Brasil)

Entidade: CPERS/ CNTE

Horário: 19h30min

Local: Gigantinho

29 de Julho 2004

2ª Conferência:

Conhecimento, poder e emancipação

Conferencistas: Hugo Zemmelman (México), Atilio Boron (Argentina)

Debatedor: Wrana Panizzi (Brasil)

Coordenação: Madalena Guasco (Brasil)

Entidade: CONTEE

Relatoria: Maria da Graça Bollmann (Brasil)

Entidade: APUFSC/AELAC - Brasil

Horário: 9h

Local: Gigantinho

30 de Julho de 2004

Mesa-redonda sobre

"Financiamento do Ensino Superior"

Painelistas: Prof. Ronaldo Mota (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação), Prof. Luiz Henrique Schuch (Diretor da Andes-SN) e Profa. Maria Alice Lahorgue (Pró-Reitora de Planejamento e Administração da Ufrgs)

Coordenação: Adufrgs

Horário: 9h

Local: PUC-RS (Av. Ipiranga, Prédio 50, sala 503)

Painel Internacional: A contribuição dos diversos Fóruns para a Construção da Plataforma Mundial de Educação

Painelistas: Ramón Moncada (Fórum Social Colômbia), Moacir Gadotti e Maria Aparecida Perez (FME-São Paulo - Brasil), Juçara Dutra (Internacional da Educação), Hugo Rodriguez (AELAC - Uruguai), Angel Oscar Elejalde Villalán (AELAC - CUBA), Carlos Alberto Torres (Fórum Internacional Paulo Freire - Estados Unidos), Representante do Fórum Social Córdoba - Argentina, Representante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (Brasil), Representante do Fórum Mundial de Educação Criança, Representante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Relatores: Maria da Graça Bollmann (AELAC), Salete Valesam Camba (IPF), Pablo Gentili (CLACSO)

Coordenação: Agostinho dos Reis Monteiro

(Portugal), Marta Maffei (Argentina)

Horário: 15h às 19h

Local: Araújo Vianna

31 de Julho de 2004

3ª Conferência:

Solidariedade, democracia e paz: construindo um outro mundo possível

Conferencistas: Bernard Cassen (França), Marcelo Rezende Guimarães (Brasil), Nilcéa Freire (Brasil)

Coordenação: Glória Maria Ramirez (Colômbia)

Horário: 9h

Local: Gigantinho

EXTENSÃO

Projeto Prelúdio ameaçado

Sem recursos para bancar o aluguel de sua sede e com a ajuda da Ufrgs suspensa, o Prelúdio, projeto de extensão que ensina música a crianças e adolescentes, pode fechar as portas depois de 22 anos de funcionamento.

O aviso foi dado aos pais de alunos em reunião no dia 5 de julho pelo coordenador do projeto, Ricardo Mitidieri. Ele afirma que a situação financeira da "escola" é muito grave e que não há mais como sustentar as despesas somente com o que é arrecadado com as mensalidades. A reitoria garante que tem feito tudo que pode, mas que os recursos estão cada vez mais escassos.

O Prelúdio atende hoje 330 alunos, que têm aulas de canto, flauta doce e transversa, violão, violino, viola, violoncelo e contra-baixo. Os mais adiantados compõem dois coros, três orquestras e três conjuntos musicais. O acesso se dá por meio de sorteio anual, aberto a toda comunidade e são cobradas mensalidades quase simbólicas, se comparadas aos valores de mercado. Segundo Mitidieri, a coordenação quer a todo custo evitar um reajuste, porque isso levaria "à elitização", o que não faz parte da idéia inicial do projeto.

Além do aluguel de uma casa no bairro Petrópolis, o projeto mantém ainda quatro funcionários contratados pela Faufrgs. Na verdade, até maio passado parte do aluguel era bancado com recursos da Pró-Reitoria de Extensão. Sem o auxílio, garante Mitidieri, será impossível manter o projeto funcionando por muito tempo. Uma saída, segundo ele, seria a Ufrgs garantir uma sede própria. Aliás, desde sua fundação, o Prelúdio sempre perambulou de um prédio para outro e nunca possuiu uma sede fixa.

Fundado em 1982 pela professora Nidia Kiefer, ligada ao Instituto de Artes, o projeto funcionou inicialmente na Faculdade de Arquitetura. Depois foi transferido para o prédio da antiga Escola Técnica no Campus Central e em seguida para o Chateau, onde ficou até 1994. Diante do risco do prédio desabar, o projeto então passou a ocupar um imó-



Fotos Clarissa Pont

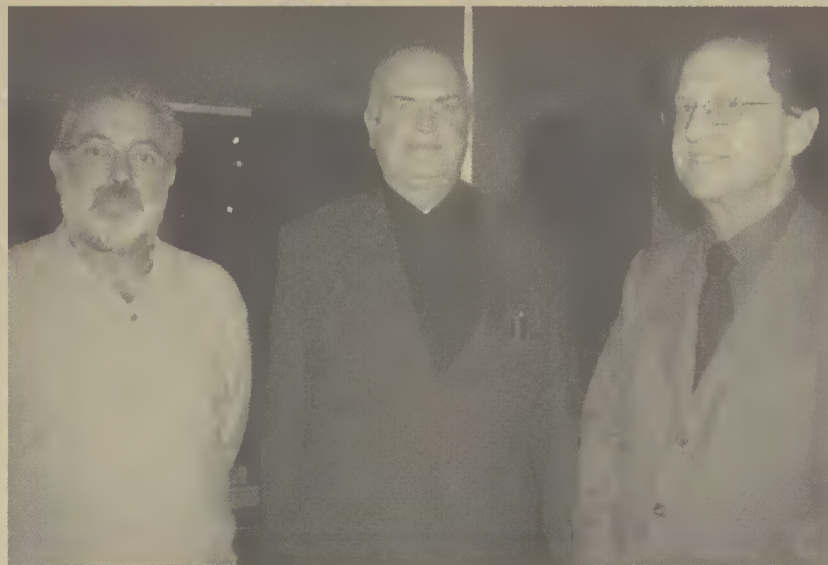
Formação: o projeto já formou músicos de reconhecimento no estado

vel alugado na Avenida Independência. Em 2001, novamente um risco de desabamento obrigou a coordenação a procurar outro local, quando se instalou em uma casa na Rua Faria Santos onde funciona atualmente.

Ricardo Mitidieri informou que existe a possibilidade do Prelúdio ocupar 11 salas do prédio da Escola Técnica, no Campus da Saúde, e que, inclusive, a idéia já teria sido aprovada pelo Conselho de

Coordenadores da escola. Para isso seria necessário fazer o isolamento acústico das salas, o que custaria algo próximo de R\$ 150 mil. A reitora da Ufrgs, Wrana Panizzi, disse que desconhece qualquer projeto de transferência do Prelúdio para o prédio da Escola Técnica e admitiu que a universidade não vem investindo em determinados projetos porque não dispõe de verbas, apesar de entender a importância da formação voltada para as artes.

Segundo Wrana, as atividades da Pró-Reitoria de Extensão aumentaram muito nos últimos anos, enquanto os recursos permaneceram os mesmos. A reitora propõe que os coordenadores batalhem pela inclusão do Prelúdio no projeto acadêmico da Ufrgs e informa que atualmente a universidade auxilia cedendo oito professores e um técnico-administrativo e ajudando na manutenção.



Jantar homenageia novos membros da ABC

Um jantar informal promovido por colegas da Ufrgs no dia 17 de junho no restaurante Épico do Grêmio Náutico União, homenageou os professores e pesquisadores Diogo Onofre Gomes de Souza da Bioquímica, Jorge Luiz Gross das Ciências Médicas e Leo Afraneo Hartmann, da Geologia. Os três foram eleitos membros efetivos da Academia Brasileira de Ciências (ABC), fazendo com que a Ufrgs tenha 14 membros titulares e 3 membros associados da Academia. A Comunidade Acadêmica do Rio Grande do Sul tem mostrado, mesmo frente às dificuldades, uma produção científica notável. Em 2003, foi responsável por mais de 95% das publicações internacionais indexadas do Estado.

ADUFRGS 25 ANOS

História contada em livro e em banners

Fotos Clarissa Pont

Impossível passar pelo Campus Central e não parar para ver a exposição "Adufrgs 25 Anos: História e Memórias", montada ao lado do Museu da Ufrgs.

Banners enormes com fotos, textos e depoimentos contam a história da associação, das lutas e greves do Movimento Docente, retratada também no livro de mesmo nome. A exposição fica montada até o dia 30 de julho, vale a pena conferir.

A idéia de colocar a história e memória da Adufrgs em livro surgiu ano passado, durante as comemorações dos 25 anos da associação. Foi então lançado um concurso para escolher quem se encarregaria da tarefa de reunir textos, fotos e fazer um levantamento completo sobre a história da Adufrgs, desde sua fundação, em 1978. Venceu o historiador e professor da Ufrgs, Benito Bisso Schmidt que com a ajuda de três bolsistas, arregaçou as mangas e começou a revirar os arquivos. E encontrou muita história para contar em quase um ano de trabalho. Além de Schmidt, assinam a obra Cássia Daiane Macedo da Silveira, Jonas Moreira Vargas e Marcus Vinicius de Freitas Rosa, acadêmicos do curso de História da Ufrgs.

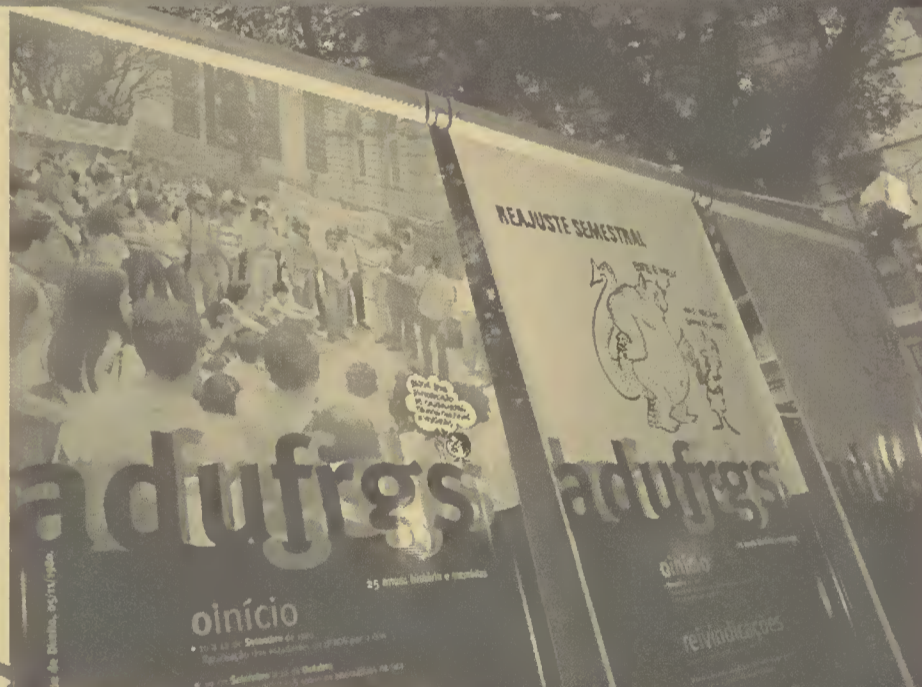
Segundo os organizadores, o material encontrado no acervo possibilitou organizar uma cronologia dos acontecimentos marcantes da história da entidade, principalmente os que tratavam das eleições para diretoria e das greves dos professores. Depois, eles foram buscar nos arquivos da grande imprensa de Porto Alegre os complementos e a confirmação das informações, além de ouvir vários protagonistas, como ex-diretores e funcionários antigos. A leitura paralela de bibliografia especializada sobre a história brasileira recente – do Golpe de 64 ao início do século 21 – permitiu aos autores "compreender o 'campo de possibilidades' no qual movimentaram-se as diretorias e os associados da Adufrgs em diferentes conjunturas".

Para os autores, "o livro busca, por um lado, construir uma história da Adufrgs, conferindo, a partir das fontes localizadas, sentido possíveis às ações de inúmeros homens e mulheres que, ao longo de 25 anos, deram vida à entidade, envolvendo-se na sua organização, nas suas lutas e também nos seus conflitos. Por outro, procura resguardar a diversidade das memórias dessas pessoas, elaboradas a partir de experiências e pontos de vista variados, e que, portanto, não podem ser simplesmente classificadas como falsas ou verdadeiras". Segundo eles, o trabalho pretende "simplesmente oferecer aos associados e à comunidade em geral uma visão panorâmica da trajetória da



Adufrgs, esperando que ela estimule lembranças, contribua para reflexões sobre os rumos da entidade e do Movimento Docente e incite outros pesquisadores a dar continuidade à investigação".

Na tarde do dia 29 de junho, quando aconteceu o lançamento do livro e da exposição, foi grande a movimentação de pessoas, entre estudantes, professores, funcionários e transeuntes. Chamavam atenção as fotos mais antigas e alguns depoimentos mais contundentes, especialmente sobre as greves durante o período da Ditadura Militar. Estiveram presentes membros da primeira e de várias diretorias, que foram prestigiar o evento e recordar o passado. Vale lembrar, que a iniciativa da Adufrgs é de grande importância para o movimento sindical brasileiro, que só agora começa a despertar para a importância de preservar sua memória.



Lançamento: ex-dirigentes e atual presidente da Adufrgs no lançamento da Exposição e livro. Ao lado, os autores do trabalho

"Eu diria assim: nós nunca conseguimos tudo o que queríamos, mas eu diria que tudo que temos, nós conseguimos através de greves".

Sergio Nicolalovsky

REFORMA UNIVERSITÁRIA

Novo sistema deve reorganizar o ensino superior

Com a implantação da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) o governo promete por ordem no caos que se formou a partir da proliferação de universidades privadas na última década. O sistema antigo apontava as falhas nas instituições, mas nenhuma foi fechada em decorrência de problemas apresentados. Esse e outros aspectos da nova forma de avaliação foram debatidos durante o primeiro seminário promovido pela Adufrgs, no dia 2 de julho, em preparação à audiência pública sobre Reforma Universitária que deverá acontecer em Porto Alegre no mês de agosto. No dia 9, o tema foi financiamento e no dia 16, um debate acirrado marcou o seminário sobre acesso, permanência e reforma curricular.

Maricélia Pinheiro

As informações sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foram dadas pelo presidente da Conaes e ex-reitor da Ufrgs, professor Hélgio Trindade, para quem o termo "reforma universitária" carrega uma carga conceitual desde a Reforma de Córdoba. "Quando se fala em reforma da universidade está se mexendo no imaginário da universidade latino-americana", observou. Ele lembrou que na última década, a palavra "reforma" esteve associada a um contexto de ajustes neoliberais.

Trindade ressaltou que é a primeira vez que se discute uma reforma universitária no Brasil em um ambiente democrático – as outras duas aconteceram nas ditaduras de Getúlio Vargas, em 1931 e Militar, em 1968 – e atentou para a importância de se definir que tipo de reforma as universidades brasileiras precisam. "Os que analisam as leis universitárias criadas nos países da América Latina a partir da década de 90, sabem que todas elas foram comandadas por uma idéia de diminuição do financiamento público", lembrou.

Para o presidente da Conaes, o termo certo deveria ser "Reforma da Educação Superior", tendo em vista que 80% dos alunos estão na rede privada e a reforma a ser proposta deve abranger um conjunto complexo de instituições, onde a banalização do conceito de universidade se transformou em um traço característico.

Diagnóstico

A comissão responsável pela proposta do Sinaes diagnosticou o sistema anterior e apontou as insuficiências da avaliação. Constatou ainda que houve um deslocamento do papel da Secretaria de Ensino Superior (Sesu), que era o órgão que definia as políticas de educação superior, para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Segundo Trindade, no Inep, os que coordenavam eram consultores externos e os que exerciam funções formais eram subordinados. "A situação era tão curiosa que se criou um caso folclórico onde uma fatia do

Inep funcionava em Campinas, na casa de um professor", detalha.

Então, a Sesa foi esvaziada e o Inep virou uma estrutura modernizada, com pessoas precariamente contratadas, e tirou do Estado a função de regular a Educação Superior. A comissão colheu depoimentos de pessoas responsáveis pelo processo de autorização que é o primeiro passo para a criação de uma nova instituição de ensino superior e constatou que "essa função é a demonstração mais clara de que o estado brasileiro está totalmente a serviço da privatização da educação superior".

Para se ter uma idéia da facilidade que existia para criar uma instituição privada, de cada 100 pedidos de autorização, 70 eram aprovados imediatamente. Outros 30 sanavam os problemas em dois meses e passavam. "Enquanto passam 100 universidades privadas de forma legitimada pelo Estado brasileiro, se quisermos criar qualquer instituição de educação superior pública ou transformar uma privada em pública, dependeria do Congresso, de arranjos políticos", observa. Basta lembrar que no último ano do governo FHC, foram criados, em média, seis cursos superiores por dia.

Segundo o presidente da Conaes, para atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê um aumento substancial do número de alunos matriculados no ensino superior nos próximos 10 anos, não é preciso qualquer política, basta deixar o sistema funcionando nessa dinâmica. Só que 90% da matrícula estará em mãos de instituições privadas.

Avaliação

O Sinaes, de acordo com Trindade, termina com um exame censitário anual de custo altíssimo (Provão) e reestabelece a relação entre a avaliação, que é uma dinâmica autônoma dentro do Sinaes, e regulação. Ou seja,



Fotos Clarissa Pont

Seminário: professores lotaram o auditório da Adufrgs para discutir Avaliação

"o Estado tem que tomar as medidas necessárias que decorram da avaliação e não simplesmente apontar problemas".

A Conaes, que se constituiu ao lado do CNE como órgão especializado para a área de avaliação, é composta por 13 membros, sendo cinco especialistas, cinco representantes das secretarias afins do MEC – Ensino Superior (Sesu), Ensino Técnico, Educação à Distância, Capes e Inep – um dos docentes, um dos servidores e um dos estudantes. Uma professora representa provisoriamente os docentes, até que o Andes decida denominar alguém da diretoria para ocupar a vaga.

Trindade informou que na primeira reunião ficou decidido que toda universidade deverá criar uma comissão própria de avaliação, com membros designados pelo colegiado superior ou pela autoridade máxima da instituição, mas ao mesmo tempo que tenha autonomia. A idéia, segundo ele, é que não se forme uma comissão de uma universidade privada que se encarregará de fazer o marketing.

Outra diferença do Sinaes em relação ao Provão é que ele será obrigatório e abrangerá todas as unidades. Entre a avaliação interna e externa deverá haver um espaço médio de dois anos para assegurar a implementação. O Sinaes institui também a autoavaliação, que deverá ser um processo autônomo, feito no interior de cada universidade com roteiro de orientação.

Uma das primeiras diretrizes apontadas pela Conaes trata do enquadramento do Inep nas funções previstas em lei. O órgão,

inclusive, já começou a implementar o Enad, que substituirá o Provão, porque a nomeação da Conaes demorou mais do que o previsto e havia o risco de não se cumprir o prazo para aplicação do exame, que vence em novembro de 2004. De acordo com o relato de Trindade, essa possibilidade levou o ministro da Educação a baixar uma portaria definindo quais áreas serão objeto do exame e atribuindo ao presidente do Inep, em caráter excepcional, a possibilidade de tomar as primeiras providências. A grande novidade, segundo Trindade, é que os exames serão em amostras e aplicados no início e final do curso.

Pelo novo sistema cabe à Conaes estabelecer critérios e exigências para a qualificação dos chamados comitês de especialistas. "Antes, o que as comissões de especialistas diziam sobre as instituições o governo acatava. O normal é que o Estado receba as opiniões e tenha condições de estabelecer políticas internas e implementar decisões", ressaltou. Atualmente as autorizações estão suspensas e existe a idéia de se criar editais apontando regiões e cursos necessários, para que as novas instituições atendam às necessidades do País.

Outra mudança está na fonte pagadora. Antes, muitas comissões eram pagas pelas próprias instituições. Agora os membros serão pagos pelo Inep, para que não haja qualquer comprometimento. Trindade considera o novo sistema uma ação moralizadora, na medida que reestabelece a função reguladora do Estado.

Financiamento das Ifes: Público, estável e progressivo

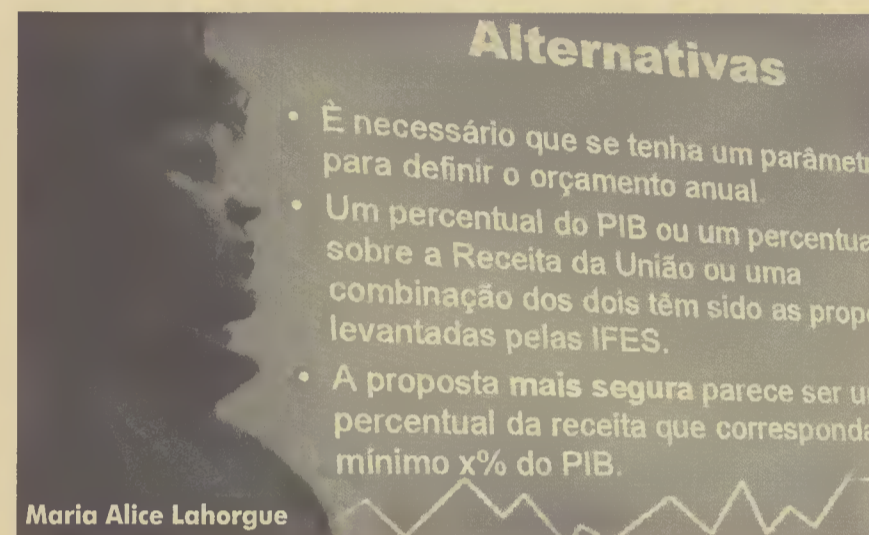
O financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), aspecto fundamental na discussão sobre Reforma Universitária, foi o tema do segundo seminário, que aconteceu no dia 9 de julho. Maria Alice Lahorgue, pró-reitora de Planejamento e Administração da Ufrgs, falou sobre a situação financeira da Ufrgs e das Ifes em geral, da proposta de Lei Orgânica da Andifes, que segundo ela seria "um tiro no pé", e apontou critérios que deveriam ser defendidos para garantir o financiamento da Universidade Pública.

As proposições apresentadas pela pró-reitora saíram de seminários preparatórios que aconteceram em vários pontos do País, inclusive dentro da Ufrgs, onde a Reforma Universitária tem estado em pauta nos últimos meses. No encontro da Ufrgs, definiu-se como aspectos essenciais o financiamento fundamentalmente público; orçamento definido e não contingenciável; autonomia financeira requerendo gestão democrática dos recursos com órgãos colegiados e representação da sociedade; criação de um sistema centralizado de captação de recursos para gerenciamento de pesquisa como garantia da sustentabilidade da pesquisa em todas as áreas de conhecimento e assistência estudantil, que deve ser contemplada com financiamento específico para assegurar a permanência do estudante na universidade.

Em um seminário temático da Andifes – "Autonomia, Financiamento e Gestão Institucional" –, que aconteceu em João Pessoa entre os dias 4 e 6 de abril, foram elaboradas proposições semelhantes, segundo Maria Alice Lahorgue. "As grandes preocupações são definir a origem do financiamento e garantir que será estável, não contingenciável e tenha evolução", explicou. De acordo com a pró-reitora, ao analisar a realidade das Ifes, constata-se que a questão de ter um financiamento estável e em um nível adequado à expansão das matrículas não é tão simples.

Uma análise das propostas de financiamento contidas no projeto de lei orgânica da Andifes, feita pelo professor Rômulo Polari, recém-eleito reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), constatou que o financiamento não se manteria sequer nos níveis atuais. "O artigo 212 da Constituição diz que a União aplicará na educação no mínimo 18% da receita líquida de impostos. Ocorre que essa receita tributária líquida é manipulável. Só a Desvinculação de Receita da União (DRU) representa 20%. Depois seguem-se várias deduções, o que reduz muito a receita líquida", explicou a pró-reitora.

De acordo com Maria Alice, a lei orgânica propõe que 75% dos 18% da receita tributária líquida da união sejam aplicados na Educação Superior Pública. A receita tributária líquida corresponde a 2,4% do PIB. "Então 18% de 2,4 equivale a 0,432% do PIB e 75% de 0,432 é 0,324%. Já estamos gastando 0,56%", ressaltou. Portanto, se fosse aplicada a lei orgânica seria um retro-



Maria Alice Lahorgue

cesso. Mas, segundo ela, os reitores já compreenderam isso e chegaram à conclusão de que a proposta não é viável.

Ela defende que o montante a ser aplicado na educação superior seja um percentual de algo fixado em lei. "O documento da Andifes saiu com o percentual do PIB, mas isso é também complicado, porque quando for definido, o orçamento será baseado no PIB de dois anos anteriores. Ou percentual da receita da União, que sabemos ser manipulável. Poderiam ser a combinação dos dois. Um percentual da receita, mas que corresponda a no mínimo x% do PIB", sugere.

Novo modelo

Maria Alice criticou o fato do novo modelo de distribuição de recursos entre as Ifes, que acaba de entrar em vigor, não ter sido mais discutido, mas elogiou o princípio, porque ele deixa de ser um modelo de partição para ser um modelo de necessidade. Ela lembrou que até 1994, ganhava mais recursos quem tinha mais cacife político, quando houve uma regulação da distribuição de recursos. A partir de 1999 a Andifes começou a discutir a necessidade de modificar o modelo que, segundo a pró-reitora, era nocivo para quem queria crescer e levou algumas instituições a manipular seus dados. O novo modelo foi dividido em três módulos que são necessidade – baseada na Unidade Básica de Custo (UBC), qualidade e investimento.

O financiamento, prevê Maria Alice, será uma das discussões mais difíceis na Reforma Universitária e um dos aspectos fundamentais na diferenciação das instituições. "Uma universidade que faz pesquisa tem uma necessidade de custeio maior do que as que oferecem apenas aulas", observou. Ela atenta para o fato da base da

UBC ser a graduação, o que irá prejudicar algumas Ifes. "Em alguns estados, o único município concentra todos os pesquisadores. Se essa diversificação levar esta questão regional em consideração, vai acabar com a possibilidade de desenvolvimento tecnológico em alguns estados", alerta.

Assistência estudantil

Na Ufrgs, segundo a pró-reitora de Planejamento, a assistência estudantil é coberta por recursos próprios da Ufrgs, da prestação de serviços e dos convênios com entidades privadas. Essa verba vem sofrendo redução a cada ano, a ponto de em 2003, somente o Restaurante Universitário (RU) gerar um déficit de R\$ 1 milhão, dinheiro que o MEC prometeu reembolsar. Ela lembrou que a assistência estudantil vai além da alimentação e que, com o aumento da inclusão através do sistema de cotas, será preciso ampliá-la. "Hoje a Ufrgs tem cerca de 1900 carentes e exige uma demanda de modificar o nível de carência para abranger um maior número de alunos", informou.

O projeto do governo que institui 50% das vagas para alunos oriundos da rede pública não prevê, segundo Maria Alice, qualquer tipo de assistência estudantil extra. Ela lembrou que a inclusão e manutenção de estudantes tem sido tema de debate em vários países, como Inglaterra e França, que têm enfrentado problemas relacionados a evasão, retenção e disfunções em sala de aula.

"Não adianta dar a vaga, é preciso dar condições efetivas para o aluno carente se manter e ter sucesso. Isso significa auxílio psicológico, financeiro, habitação, biblioteca e laboratórios, entre outros", ressaltou.

COTAS Rejeição parece predominar entre docentes da Ufrgs

A polêmica em torno das cotas se acirrou mais uma vez no dia 16, quando a professora Maria Beatriz Luce, recém empossada membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), tentou defender a necessidade de adoção de políticas afirmativas para permitir o acesso dos mais pobres à educação superior. No terceiro seminário da série de quatro – "Acesso, Permanência e Reforma Curricular" –, o auditório da Adufrgs foi palco de uma intensa discussão sobre o tema, onde a platéia, em sua maioria, rejeitou a política de cotas e a taxou de puro populismo do governo.

Depois de apresentar dados e números sobre o nível de instrução do jovem brasileiro e sua inserção no mercado de trabalho, a palestrante teve pouco espaço para argumentar a favor das cotas. Entre as críticas mais comuns estava a de que negros, índios e alunos de escola pública carregariam o estigma de que só tiveram acesso à universidade devido às cotas, mesmo que o tenham conseguido por puro mérito. Uma possível queda na qualidade do ensino, a exemplo do que aconteceu com a escola pública depois da universalização da educação básica, também foi ressaltada. O investimento maciço na escola pública foi apontado pela ampla maioria como a melhor saída para facilitar o acesso dos menos favorecidos ao ensino superior.

Pelo tom do debate, o que se percebeu é que o sistema de cotas encontra grande resistência no Rio Grande do Sul, mais especificamente na Ufrgs. Uma professora de Salvador, onde 70% da população é negra, relatou que na Bahia a idéia tem tido bastante aceitação, principalmente porque o percentual de negros na universidade é inversamente proporcional ao da população em geral. Para esta professora, uma possível queda na qualidade do ensino poderia acontecer apenas em universidades que são consideradas centros de excelência, como a Ufrgs.

Números

No Brasil existem 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos. Desses, 3,7 milhões estão sem trabalho, o que significa 47% do total de desempregados. Entre as famílias brasileiras, 41% têm renda inferior a um salário mínimo per capita. Apesar de 42% dos jovens estarem cursando o último ano ou terem completado o ensino médio, apenas 9% conseguem ingressar na universidade. Entre 1996 e 2002, o número de matrículas no ensino médio cresceu de 5 para 9 milhões. O governo quer aumentar esse percentual, mas a polêmica se instala principalmente quando se discute como as metas serão alcançadas.

48º CONAD

Carta de Aracaju

Reunidos no 48º Conselho do ANDES-Sindicato Nacional (CONAD), os delegados de 44 Seções Sindicais, um delegado da Secretaria Regional Leste, 85 observadores e três convidados examinaram a conjuntura nacional e internacional e atualizaram o Plano de Lutas do Sindicato.

O momento atual está marcado por contradições sociais brutais. Por um lado, o governo privilegia o pagamento da dívida externa e, por outro, é crescente a miséria e o desespero das mais amplas camadas da sociedade. A política de corte dos recursos públicos repercute globalmente sobre os serviços públicos federais e, em particular, sobre os orçamentos dos estados, restringindo o financiamento das IEES. O crescimento da violência, a ampliação da miséria, a criminalização, por parte do governo, dos movimentos sociais organizados vêm abrindo o espaço tanto para a impunidade dos dominantes, quanto para a tentativa consistente e consciente de desmobilização das formas organizativas das classes trabalhadoras.

Em nome da construção de um superávit primário e de uma pretensa estabilidade econômica, o governo leva à cena política a farsa de que o aumento do salário mínimo quebraria os estados e os municípios. A inflação continua a corroer as condições de vida da população e, nesse momento, o governo anuncia que irá vetar um reajuste de pouco mais de dois reais por dia e prática, simultaneamente a isso, a liquidação da educação e da saúde públicas punindo de forma extremada os trabalhadores.

Assistimos a uma sucessão de escândalos (o caso Waldomiro, os vampiros, que se atualizam neste governo, etc). Após afirmar que recebera uma herança maldita, o governo mantém e aprofunda a política econômica dos governos anteriores. A política dos dominantes é transformada em uma ação administrativa pela supressão real da sociedade pelo executivo que, armado das MPs, comanda e impõe sua vontade. Nega-se, na prática, o que se afirma discursivamente: a democracia e a cidadania.

Em um único processo, o governo tenta desorganizar os trabalhadores, seja do serviço público seja do setor privado, e busca sua legitimação nas formas de uma falsa democracia participativa. Isto está claramente esboçado no pretenso debate com a sociedade sobre as chamadas reformas. Reformas que sequer merecem esse nome pois nada mais são do que a pura retirada dos direitos dos trabalhadores em nome da amplificação da liberdade de acumulação capitalista. Caricatura da democracia participativa que é exemplarmente construída a pretexto da reforma universitária. Os governantes dizem que estão dialogando com a sociedade quando na verdade, legislam por Medidas Provisórias (MPs) ou Projetos de Leis (PLs), em um parlamento onde têm uma maioria construída a partir de formas pouco ortodoxas (liberação de recursos para parlamentares, por exemplo, como nos governos anteriores). Na proposta-imposição da reforma universitária, a pretexto de consultar os movimentos sociais, o governo busca criar contradições no interior desses movimentos sociais para melhor reinar por meio das chamadas audiências públicas do MEC. Altera-se, também, a natureza dessa figura institucional. O governo conversa com a sociedade, mas determina quem é a sociedade usurpando desta suas formas autônomas de organização. Faz debates em que é eliminado o contraditório e caracteriza como vontade da sociedade as respostas dadas por aqueles que ele próprio escolheu. Essa grosseira manipulação segue-se a outras: a compra de vagas ociosas das escolas privadas (o PROER da Educação), quando se tem documentos e informações suficientes para comprovar que os

formados pela universidade pública adquirem melhor formação/qualificação a custos menores. O governo finge atender às necessidades dos movimentos que reclamam uma possibilidade maior de acesso à universidade lançando-os nos piores cursos das escolas privadas.

O combate a essa contra-reforma faz-se cotidianamente na imensa quantidade de debates e ações sobre ela, muitos deles promovidos pelas seções sindicais em conjunto com a comunidade acadêmica e na movimentação dos estudantes. Encontros como os das executivas de cursos, fóruns das públicas, encontro nacional do Rio de Janeiro e o estadual do Rio Grande do Sul comprovam a movimentação e a organização estudantil autônoma.

No campo geral das políticas estatais, verificamos um crescente sucateamento e degradação das políticas públicas indispensáveis para o atendimento real das necessidades da imensa maioria da sociedade.

Para tornar tudo isso possível, faz-se necessário, ao governo, destruir a organização livre dos trabalhadores. Esse é o real significado da reforma sindical que o governo, com a colaboração da direção majoritária da CUT e das demais centrais, busca impor às classes trabalhadoras. A eliminação da liberdade e autonomia sindicais torna-se cada vez mais uma necessidade para que a acumulação capitalista se realize com um máximo de eficácia. A precarização do trabalho, os bancos de horas, a demissão imotivada são mecanismos clássicos que, se passar a reforma, terão campo livre para ampliar a repressão sobre as condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras. A pretexto de dar legalidade às centrais, subtraem-se os direitos dos sindicatos de base. Cria-se a possibilidade da imposição, por lei, do sindicato orgânico, proposta que a direção majoritária da CUT jamais conseguiu fazer implementar pela base das categorias que representa. Com esse mecanismo, as direções das centrais tornam-se mediadoras da relação estado-patronato-classe trabalhadora com a vantagem de não necessitar consultar suas próprias bases.

Face a isso, os trabalhadores vêm construindo formas de resistência (CONLUTAS, CELUTAS, Fóruns estaduais de lutas e outras organizações de mesma natureza) e colocam a questão central da relação com a direção da Central. A demonstração dessa resistência foi dada pela marcha em Brasília, quando milhares de trabalhadores e membros dos movimentos sociais afirmaram em alto e bom tom que a proposta governamental encontrará nossa resistência. Atos importantes ocorreram nos estados nesse mesmo sentido. Aqui não há como tergiversar: ou lutamos ou hipotecamos o futuro das classes trabalhadoras e da nossa sociedade. O 48º CONAD aponta como tarefa o protagonismo do ANDES-SN na unificação dessas iniciativas como condição para a organização da classe frente à ofensiva do capital. A questão da democracia dos trabalhadores, a recusa de grande maioria do movimento em tornar-se correia de transmissão do governo está colocada com clareza para nós que iremos decidir no próximo congresso (ou em um congresso extraordinário) qual deve ser a nossa forma de defesa dos trabalhadores. Faremos cuidadosamente esse debate e nos posicionaremos com clareza.

Ainda sobre as políticas governamentais de desmonte e transferência dos serviços públicos para o capital,

cabe destacar as reações, nos estados, contrárias ao arrocho orçamentário das IEES. O CONAD discutiu o tema e declarou irrestrito apoio às greves da universidade estadual do Piauí e das universidades estaduais de São Paulo. Também reconheceu como necessária a mobilização dos professores como forma de impedir o aprofundamento das políticas que reduzem os recursos públicos para as universidades públicas, como acontece com as universidades estaduais do Paraná.

No que se refere aos docentes das instituições privadas, o sindicato deliberou pela publicação do Caderno de Denúncia das Mantenedoras do sistema privado de ensino superior, onde existem as formas mais repressivas de impedimento da organização sindical. Repressão que se dá também pelas formas de contratação dos trabalhadores, de ataque à qualidade do ensino pelo privilegiamento da mercantilização, a demissão imotivada, etc. Defrontamo-nos com um sistema punitivo em que os trabalhadores do ensino superior ficam praticamente reféns da vontade patronal. Urge afirmar que educação é uma concessão de serviço público e um espaço estratégico de elaboração de projetos estratégicos para a nossa sociedade.

Sobre a situação dos docentes das instituições federais, o CONAD denuncia a ação protelatória e de não-negociação da questão salarial. Estamos em junho e, até o momento, o governo não fez, de fato, nenhuma negociação. Muitas reuniões, pouca decisão. Por isso o CONAD deliberou por dar um prazo (até o dia 25 de junho) para que o MPOG responda à proposta do Sindicato. Decidiu também apresentar um indicativo de greve para a primeira quinzena de julho. Os docentes das IFES deverão realizar uma rodada de assembléias, de 28 de junho a 2 de julho, para avaliar o andamento das negociações, o indicativo de greve e propostas de datas para deflagração da greve. Finalmente, o setor irá reunir-se no dia 3 de julho para examinar o resultado dessas assembléias. Este procedimento democrático permitirá ao Sindicato afirmar a vontade dos seus membros e construir a resposta necessária aos desafios colocados para a categoria.

O Sindicato se posicionou pelo retorno imediato das tropas brasileiras presentes no Haiti e denuncia o governo pelo desrespeito ao direito de autodeterminação dos povos.

O Conselho deliberou: lutar contra a implementação das diretrizes da reforma universitária, a partir das propostas verbalizadas por Tarso Genro que atualizaram as do ex-ministro Cristóvam Buarque; lutar pela revogação da Lei 10861; lutar por um projeto nacional de avaliação de caráter democrático, autônomo, qualitativo e não-produtivista a partir do projeto do Sindicato para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES nº 2); lutar contra o processo de privatização e de precarização. O Conselho deu ênfase ao processo de capacitação docente e à necessidade de o governo prover os recursos necessários para tal finalidade. Sem isto, não há universidade que possa responder à função de criadora/estimuladora de um pensamento crítico-estratégico que possa pensar um país sob a perspectiva da soberania popular.

Organizar, Resistir, Construir, mais que uma tarefa, é o nosso compromisso!

Aracaju, 20 de junho de 2004.

MOVIMENTO DOCENTE

"A nossa atuação não se limitará à crítica"

No dia 18 de junho de 2004, a professora da Universidade Federal Fluminense, Marina Barbosa Pinto, tomou posse como presidente do Andes-SN, um dos sindicatos de maior expressão no cenário nacional. Assistente social e professora da Universidade Federal Fluminense, Marina é a terceira mulher a presidir o Andes-SN - as outras foram Maria José Feres Ribeiro (84/86) e Maria Cristina de Moraes (96/98) - e assume o cargo com a missão imediata de encontrar saídas nas negociações salariais com o governo. Nessa entrevista ela fala sobre a política sindical que pretende seguir, a participação do sindicato na discussão da Reforma Universitária, e a importância da mulher à frente de sindicatos.

AD ^{verso} **A senhora pretende continuar a política sindical adotada na diretoria passada? Em que poderia melhorar?**

Marina Barbosa Pinto - Todo o sindicalismo brasileiro vive um momento de muita turbulência e de profundos rearranjos táticos. Um princípio importante na origem do chamado "novo sindicalismo" foi a autonomia frente aos governos, aos patrões e aos partidos. Foi com base nesse princípio que a CUT se transformou na maior central do país e numa das mais importantes de toda a América Latina. Com a ida de centenas de dirigentes da CUT e de sindicatos cutistas para o governo a simbiose entre a Central e o governo de Lula da Silva passou a comprometer o princípio da autonomia. A postura da CUT na reforma da previdência, nas campanhas salariais dos servidores e na luta por um salário mínimo capaz de resgatar a dignidade dos que vivem do próprio trabalho atesta que a direção majoritária da Central perdeu a referência nas lutas dos trabalhadores, privilegiando as "razões de governo" em detrimento das legítimas reivindicações dos sindicatos de base. Desse modo, a posição do Andes-SN estabelecida nos fóruns deliberativos da entidade (e, por isso, não se trata da posição de sua diretoria) foi correta. O Andes-SN investiu na articulação de todos os movimentos comprometidos com a liberdade de organização autônoma dos que vivem do próprio trabalho para fazer frente às reformas neoliberais de Lula da Silva, como as da Previdência, Sindical e Trabalhista, Universitária etc. Esses setores que lutam pela autonomia estão na Central e fora dela. Essa é a deliberação de nossas instâncias e iremos perseverar nessa construção. Pretendemos reforçar nosso trabalho na Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais e, no plano organizativo mais geral, aprofundar na base o debate sobre a relação de nossa entidade com a CUT.

Adverso - Como o sindicato pretende conduzir as negociações salariais com o governo?

Marina - A digna remuneração da atividade docente é uma alta prioridade do Andes-SN. Compreendemos que, na condição de servidores públicos e, mais particularmente na de docentes, fazemos jus à correção de nossa remuneração frente às perdas inflacionárias. O STF examinou a questão e teve a mesma compreensão: cabe ao governo corrigir anualmente o salário dos servidores. Nem Cardoso respeitou a Carta Magna e nem Lula da Silva age de acordo com a Constituição. Os reflexos para o trabalho docente são sumamente graves. Muitos professores já se indagam sobre o futuro de sua atividade e isso é algo gravíssimo, tendo em vista a relevância social de nossas atividades. Inicialmente apresentamos uma pauta conjunta com os servidores federais no Ministério do Planejamento e, simultaneamente, protocolizamos nossa pauta específica (carreira, incorporação das gratificações, etc.) no MEC. Por vários motivos, as pautas específicas das diversas categorias acabaram se sobrepondo. Assim, a postura do Andes-SN nas mesas de negociação tem sido de

conquistar uma correção que restabeleça a paridade entre os ativos e os aposentados e, simultaneamente, avance na reposição das perdas inflacionárias. Compreendemos que essas tentativas de negociação (afinal, não há negociações concretas em curso) têm de ser pautadas em um agir ético e, em nosso caso, têm de estar permanentemente legitimadas pelas assembleias de base. É um processo trabalhoso, mas imprescindível para que todos os professores sejam protagonistas da negociação.

Adverso - O 48º Conad aprovou indicativo de greve para julho e em muitas IFEs os técnicos já paralisaram suas atividades. A senhora acredita que existe mobilização suficiente entre professores para deflagrar uma greve nas universidades federais?

Marina - Como disse anteriormente, a Direção do Andes-SN está negociando rigorosamente de acordo com as deliberações das assembleias. Todos os docentes informados sabem que o governo está agindo de forma irresponsável com a universidade e com o serviço público. As negociações não estão se dando num ambiente de confiança pois o governo indica algo e depois volta atrás. Por isso a Fasuba teve de recorrer à greve, idem outras categorias. Vejam o caso do Andes-SN. Na proposta inicial de correção da GED/GID o governo se dispunha a alocar um montante de R\$ 420 milhões. Argumentamos que a grande maioria das assembleias rejeitou essa proposta por entender que essas gratificações ferem a paridade com os aposentados e institui valores não condizentes com o trabalho acadêmico. Na Mesa, o governo admitiu uma outra gratificação isonômica e paritária desde que o montante de recursos não ultrapassasse o inicialmente disponibilizado. As assembleias aprovaram a construção de uma alternativa nesses moldes, mas, quando o governo apresentou suas tabelas, o montante foi cortado quase à metade. É óbvio que essas negociações não são éticas e, por isso, as assembleias já trabalham com a alternativa da greve. Os professores são esclarecidos e farão uso da razão no exame da questão. A correção da remuneração é necessária para o futuro da universidade e, por isso, a mobilização seguirá crescendo como já vem acontecendo. O número médio de docentes nas assembleias já é maior do que há um mês. Com base no diálogo esclarecido iremos lutar denodadamente pelas nossas reivindicações.

Adverso - Como o Sindicato pode influenciar os rumos da Reforma Universitária?

Marina - O Andes-SN será um protagonista importante nesse processo. Estamos elaborando críticas fundamentadas aos propósitos do governo federal. Identificamos que o eixo da chamada reforma passa pelo fortalecimento do setor privado, cabendo às públicas um papel de coadjuvantes na educação superior. O MEC pensa a Universidade Pública na perspectiva das demandas do mercado e por isso situa as universidades como *loci* da inovação tecnológica, um erro grave que poderá acelerar a degradação e desorganização de todo o rico patrimônio



Nova diretoria:
Marina Barbosa assume o Andes-SN até 2006

construído nas últimas décadas. No caso das universidades não "vacionadas" para a inovação, o MEC prevê, para estas, um futuro como "escolões". Mas a nossa atuação não se limitará à crítica. A nosso ver, a crítica é uma das dimensões da construção de alternativas desde já. A universidade pública e gratuita precisa ser revitalizada desde o presente, não podemos mirar apenas o futuro longínquo. Por isso estamos trabalhando com todas as entidades que estão lutando para afirmar a Universidade como uma instituição importante para a construção da nação. Nesses fóruns estamos apresentando nossas propostas que, em suas linhas gerais, estão definidas no Caderno 2 do Andes-SN (Projeto do Andes-SN para a Universidade Brasileira).

Adverso - Quais seriam os aspectos da reforma que a atual diretoria considera inegociável e o que é possível negociar?

Marina - É difícil examinar a questão em abstrato. Contudo, as decisões históricas de nossa entidade nos autoriza a afirmar que o princípio da gratuidade, a indisociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a autonomia capaz de garantir a universidade como um espaço de liberdade e de produção do conhecimento novo, são valores inalienáveis. Não abriremos mão de lutar para que esse patrimônio possa ser universalizado para todos os jovens que desejarem prosseguir na busca do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, notadamente os jovens que não dispõem de condições materiais satisfatórias. É preciso políticas públicas consistentes para que também os mais pobres possam chegar à Universidade e nela permanecer de forma ativa.

Adverso - Existe a possibilidade de unificar os grupos representados na categoria em torno de uma pauta mínima nas questões como campanha salarial e reforma universitária?

Marina - Como somos um sindicato democrático, construímos consensos ativamente e de forma pública nos eventos do sindicato. Apostamos que todos os militantes do Movimento Docente almejam um futuro promissor para a Universidade Pública brasileira, incluindo aí os CEFETs e Escolas isoladas que estão lutando por um fazer universitário.

Adverso - Na sua opinião, qual a importância do Sindicato Nacional ter à frente uma mulher?

Marina - Já nos anos 60, os sindicatos europeus, estadunidenses e latino-americanos foram forçados a reconhecer que "a classe operária tem dois sexos" e que a questão de gênero era fundamental para que pudéssemos pensar/forjar uma sociedade emancipada. Como em tantas outras sociedades, o sexismo está em todas as esferas da vida: na universidade, nos sindicatos, na vida familiar e na vida cotidiana em geral. Desse modo, vejo como extremamente positiva a intensa participação das mulheres no sindicato que, desse modo, passa a ver com outros olhos uma série de questões para o futuro da Universidade.

Luís Augusto Fischer* - Professor do Instituto de Letras

Chico Buarque: o lugar do clássico

No recente aniversário do grande Chico Buarque de Holanda, a opinião pública esclarecida do Brasil foi absolutamente unânime: sua obra é das mais significativas já produzidas no País e na língua portuguesa. Tivesse feito apenas as canções que fez ele já mereceria todos os louros disponíveis – os de artista significativo de uma determinada época e de sua geração, os de artista sensível capaz de tomar e passar adiante a melhor tocha das gerações anteriores, os de cultor elevado da língua. Ocorre que Chico, como se fosse pouco ser o cancionista excepcional que é, ainda é um dramaturgo muito apreciável e um romancista de primeira linha.

É certo, porém, que a unanimidade em torno de seu nome refere-se às canções, apenas a elas. E de fato: não há brasileiro, vivo ou morto, que possa prescindir de alguma de suas maravilhas em letra e música. Para não ir longe, vamos ficar só com as referências de seu primeiro elepê, publicado em 1966. Contava entre suas jóias nada menos que "A Banda", que dispensa apresentações, "A Rita", aquela que levou o sorriso e tanta coisa mais do pobre enamorado, "Pedro Pedreiro", espécie de síntese entre as tendências da bossa-nova e a vontade de comentar a realidade brasileira pela esquerda, e "Olê, olá", aquela que pede que não se chore ainda, não, que um samba vinha por ali. Um samba tão intenso que às vezes se pensava que o próprio tempo ia parar para ouvir: um samba feito para todos os tempos, para a eternidade.

Não era pouca a pretensão, mas em compensação era abundante o talento, a capacidade de botar nos poucos minutos do samba-canção todo um universo de significação. Isso em 1966, quando Chico tinha a espantosa, a inacreditável idade de 22 anos. Seguiram-se mais de trinta outros títulos de discos, a maioria projetos solo, contendo cada um pelo menos um par de pérolas. E o cara agora tem apenas 60 anos...

Quanto a seu teatro, as opiniões são positivas, mas não unânimes. São fundamentalmente quatro textos: "Roda vida", de 68, "Calabar", em colaboração com Ruy Guerra, em 1973, "Gota d'água", com Paulo Pontes, de 75, e a "Ópera do Malandro", em 79. Pode-se argumentar que se trata de teatro dependente das canções criadas para cada caso, e por isso é menos teatro puro e mais teatro musical; ok, mas e que canções! Chico é um dramaturgo compenetrado na tradição, com capacidade de reler e integrar textos clássicos ao âmbito de nosso tempo: a "Medéia", de Eurípidés, está na peça de 75, e a "Ópera do Malandro" retrabalha tanto um texto inglês do século 18 quanto um trabalho de Brecht e Kurt Weil.

No romance, sua trajetória é ainda menos aplaudida. Embora tenha já vendido mais de 400 mil exemplares, em mais de dez línguas, muita gente boa desiste da leitura sem maior gosto. Tirando experiências imaturas, como o conto "Ulisses", e os textos infantis, são quatro os textos narrativos consistentes. O primeiro é "Fazenda Modelo", de 1974, sátira à ditadura militar brasileira, à tecnocracia que começava a tomar corpo no país e à hegemonia da televisão no adestramento dos corações e mentes nacionais. Lido agora, o livro revela certo esquematismo; paga o preço, talvez, da operação mental de que é fruto, a perspectiva nacional-popular sessentista, sepultada hoje, para o bem ou o mal, na cova aberta pela mundialização dos mercados.

Depois, em 91, vem um grande texto, "Estorvo", narrativa tensa a começar pelo nome, totalmente afastada tanto da ingenuidade ideológica do livro anterior quanto da visada realista trivial: ali onde o leitor singelo queria um enredo que mostrasse relações claras de causa e efeito em grandes quadros da sociedade,

Arte de Francisca Braga



traçados por lente crítica de esquerda convencional, Chico nos dá um personagem atormentado mas inoperante, um pateta irremissível, que não entende nada que transcenda a mera necessidade de sobrevivência até o dia seguinte. Arte exigente é assim, de resto: representa a vida não como um tratado explícito de compreensão da realidade, e sim como uma recriação da sensibilidade turva e precária que a vida real impõe.

Em 95 apareceu "Benjamim", outra grande narrativa, outra incomodação contra o leitor que queria de Chico mais uma edição de "A Banda", mais uma amenidade reconfortante. Um ex-modelo fotográfico, decaído pela idade, parece que vai voltar à cena, não nos palcos e nos outdoors glamurosos de outrora, mas em campanhas políticas naturalmente corruptas. Acha que vai restaurar um amor antigo e falhado na figura de uma moça que lhe cruza o passo. Acha que controla o desespero cotidiano. Acha. E sua vida é um tormento inacreditável. Mais um estorvo.

Recentemente, veio "Budapeste", de 2003. Um romance maduro, de escritor no pleno domínio do meio expressivo. (Uma recomendação: se o prezado fã do Chico cancionista não gostar de sua ficção, que se dê o prazer superior de, apenas e tão somente, ler a língua portuguesa trabalhada por suas mãos.) Um escritor fantasma chamado José Costa, sombra de artista já por isso, por acaso vai parar em Budapeste e resolve aprender o húngaro para tornar-se... escritor fantasma, mas numa língua intrincadíssima para os não-nativos. Aquilo que os pós-modernos diziam que era a vida real – um simulacro, em que eles por sinal pareciam se refestelar – Chico recria em ficção, mas para mostrar o tormento da perda de sentido e de autenticidade na vida reificada, em que as brechas de humanidade genuína são cada vez menores.

É artista superior? Não há a menor dúvida. Sem forçar nenhuma barra: muito poucos outros artistas de nossa língua chegaram a tanto. Em matéria de literatura de livro e de palco, seu lugar já está marcado entre os grandes, especialmente entre os que se dedicaram a meditar ficcionalmente sobre o mundo urbano brasileiro. Em matéria de canção, aí é covardia: a seu lado, em quantidade e qualidade, nós vamos encontrar uns poucos, Noel Rosa, Ary Barroso, Tom Jobim, talvez Caetano Veloso. Quem mais?

Mas não vá todo esse elogio sem uma inquietação final, de tipo autocrítico e na forma de uma pergunta: como é que as novas gerações vão poder conhecer a magnífica, a estupenda obra de Chico Buarque, especialmente suas canções? Quem tem mais de 40 anos ou ouviu no rádio, acompanhou algum festival antigo, no mínimo viu aquele genial programa global "Chico & Caetano"; mas e quem tem menos idade?

Precisamos tomar providências, nós da Universidade. Minha tese: assim como se conhece Machado de Assis (mas não se conhece Villa Lobos nem Portinari, para citar apenas dois gênios também indisponíveis para as massas) se conhecerá Chico – pela via da escola; será assim ou não será. Para isso, será preciso que a Universidade se aparelhe adequadamente, a começar pela admissão da relevância de estudar a canção popular enquanto canção popular, quer dizer, não apenas como fonte de depoimentos sobre tal ou qual época (aproveitamento este que tende a ser feito nos cursos de Humanidades). Canção popular que não é prerrogativa da Música nem das Letras, cursos ambos que estão em falta nesse particular. Há muito que fazer, entre nós, para honrar a obra de Chico.

*autor de "De ponta com o vento norte" (crônicas), entre outros



João Ubaldo

por Zilá Bernd

Ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras pode ser a principal aspiração de muitos escritores. Para João Ubaldo Ribeiro, ícone da literatura brasileira contemporânea, ver uma coletânea de suas obras nas prateleiras de bibliotecas de todo o País tem significado e importância ímpares e vai muito além de fazer parte da Academia. Pois o sonho do escritor está prestes a tornar-se realidade. E pelas mãos de uma professora gaúcha e de uma editora do Rio de Janeiro. O lançamento está previsto para abril de 2005, durante a Bienal do Livro.

Zilá Bernd, professora de Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da Ufrgs, foi convidada pessoalmente por João Ubaldo Ribeiro para organizar o livro que reunirá romances, contos e crônicas do autor. A obra, que deve chegar a 1700 páginas, será impressa em papel bíblia com capa dura, e editada pela Nova Aguilar, editora especializada em coletâneas dos grandes nomes da literatura brasileira.

Segundo a organizadora, o livro será dividido em introdução geral com a apresentação do conjunto da obra de João Ubaldo; uma cronologia comentada sobre a vida pessoal e produção literária do autor; iconografia com fotos das obras e da vida de Ubaldo, um dos poucos a receber tamanha homenagem ainda em vida; bibliografia completa, incluindo traduções em 16 línguas; bibliografia de tudo que já foi escrito sobre o autor desde o lançamento de seu primeiro romance, "Setembro não tem sentido", em 1968, e uma seleção de ensaios críticos sobre as obras de João Ubaldo escritos por nomes de peso como Domício Proença Filho, Martha Medeiros, Francis Utéza, Rita Godet e Luiz Fernando Valente.

Os romances que farão parte da coletânea são "Sar-

gento Getúlio", que consagrou o autor em 1971; "Vence-cavalo e o outro Povo", de 1974; "Vila Real", de 1979; "Viva o Povo Brasileiro", de 1984; "A Casa dos Budas Ditosos", de 1999 e "Diário do Farol", de 2002. Comporão ainda a obra seis contos extraídos do livro "Já Podeis da Pátria Filhos", de 1991 e crônicas publicadas no jornal "O Globo" e nos livros "Um Brasileiro em Berlim", que conta histórias da estadia do escritor na Alemanha em 1992, e "A Ciência e a Arte de Roubar Galinhas".

Zilá conta que teve muita dificuldade para selecionar as obras, tendo em vista a qualidade e o vasto material publicado pelo escritor desde 1963, quando começou a escrever para o extinto "Jornal da Bahia". A professora usou como principal critério a brasilidade, presente em quase toda a obra de João Ubaldo, porém mais forte em algumas, como "Viva o Povo Brasileiro" que, segundo ela, "ridiculariza personagens que querem copiar a cultura européia e valoriza os que cultivam a cultura brasileira". O romance conta a história de 300 anos do Brasil do ponto de vista das classes oprimidas. "João Ubaldo acredita que a história pode ser recontada através dos mitos", observa.

O polêmico "A Casa dos Budas Ditosos", escrito para compor a coleção dos sete pecados capitais, foi escolhido por fugir completamente do estilo do autor, tornando-se assim uma obra única. Segundo Zilá, o livro foi muito censurado em Portugal devido ao seu aspecto pornográfico e chegou a ter venda restrita, o que, provavelmente, fez com que vendesse além do esperado. "O João Ubaldo foi a Portugal pessoalmente agradecer a proibição", conta a professora.

O mais famoso romance do autor, "O Sorriso do Lagarto", que se consagrou ao ser adaptado para uma minissérie da Rede Globo, ficou de fora. "Op-

tei por sacrificá-lo porque considerei que ele não é tão significativo no conjunto da obra do autor", explica Zilá, que preferiu "O Diário do Farol", por ser o mais recente e ter como pano de fundo a Ditadura Militar, um dos mais marcantes momentos da história do Brasil. A maior parte da pesquisa foi feita na Biblioteca Pública de Itaparica, na Bahia, cidade natal de João Ubaldo, onde pode ser encontrada toda a obra do escritor.

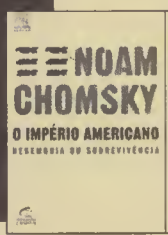
Para Zilá, João Ubaldo Ribeiro é um dos escritores que melhor traduz em seus livros a preocupação com a identidade e a cultura brasileira. "Suas histórias são um mergulho nas fontes das culturas africana e indígena", analisa. A professora, profunda admiradora e estudiosa da obra do autor, lançou em 2001 o livro "O Caminho do Meio - Uma Leitura da Obra de João Ubaldo Ribeiro", que lhe rendeu o Prêmio Açorianos de Melhor Ensaio Literário em 2002.



Fotos Clarissa Pont



ORELHA



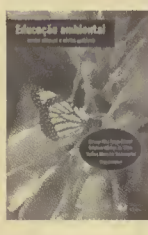
O Império Americano
Noam Chomsky
Tradução: Regina Lyra
Livro do lingüista e professor do Massachusetts Institute of Technology desde 1955. Com o sub-

título "Hegemonia ou Sobrevivência", a obra traz o terrorismo estadunidense como tema central.
Editora Campus. 280p. R\$ 49,00



Videologias - ensaios sobre televisão
Eugênio Bucci e Maria Rita Kehl
A televisão. O segundo lançamento da coleção Estado de Sítio, coordena-

nada pelo filósofo Paulo Arantes, trata desse que é um tema essencial para entender a sociedade contemporânea.
Editora Boitempo. 256 p. R\$ 32,00.



Educação Ambiental - vários olhares e várias práticas
Eunice Aita Isaia Kindel, Fabiano Weber Da Silva e Yanina Micaela Sammarco
A obra reúne artigos de vários autores, para ampliar as discus-

sões sobre educação ambiental, incentivando a troca de experiências e o debate entre professores, pesquisadores e estudantes.
Editora Mediação. 112p. R\$24,00.

WWW

Alternativo

www.ourmedianet.org
Sítio em espanhol e inglês, desta rede global de ativistas e acadêmicos que apóiam os meios alternativos e comunitários.

Notícias

www.radiobras.gov.br
Agência de notícias do Brasil, com a possibilidade de acesso a diversas rádios do país. O sítio ainda conta com fotos e notícias de última hora.

“O passado deve ser respeitado, mas a visão da Europa é de pensar apenas no futuro”

Clarissa Pont

Alexandre Aimé Ernest Roche é historiador, professor de história, francês, literatura francesa e filosofia. Natural da Alexandria, Egito, filho de pais franceses, vive em Porto Alegre desde 1960 e atualmente, aos 79 anos, dirige o Roche Instituto de Idiomas, uma das escolas de francês mais tradicionais. Em 1944, quando as tropas dos Aliados desembarcaram na Normandia, Roche era soldado francês na Alexandria e acompanhou todo o desfecho da Segunda Guerra. Nessa entrevista ele descreve a estratégia dos Aliados para derrotar a Alemanha. Fala ainda dos interesses dos Estados Unidos com relação às comemorações dos 60 anos do Dia D e traça um quadro dos conflitos no Oriente Médio.

Maricélia Pinheiro

AD verso - Como se efetivou o plano dos Aliados para tomar Paris e expulsar os alemães da França?

Alexandre Aimé Ernest Roche - Durante todo o ano de 1943 e parte de 1944 os Aliados prepararam o desembarque, que foi muito bem planejado, embora o cronograma não tenha sido completamente respeitado. Os Aliados ocidentais tinham tempo, enquanto os alemães, que tiveram o melhor de seu exército expulso da Rússia, corriam contra o tempo. Às 3 horas da madrugada do dia 6 de junho de 1944, foram lançados os paraquedistas e às 5h30 aconteceu o desembarque. Cinco praias (Utah, Omaha, Gold, Juno e Sword) foram tomadas por soldados norte-americanos, ingleses e canadenses. Em Omaha Beach houve um verdadeiro massacre, muitos morreram afogados. Em cinco dias as praias teriam que estar preparadas para a segunda parte do plano. A idéia era sair das praias, subir a península do Cotentin para chegar no porto de Cherbourg, onde seriam desembarcadas as munições. Quando os Aliados ameaçaram a cidade de Caen, imediatamente os alemães prepararam todas as forças para resistir. Caen foi o pivô da manobra, porque os alemães achavam que lá estava a principal ofensiva e deram uma brecha para o General Patton seguir em direção a Paris, tomada pelos Aliados em 25 de agosto de 1944. O exército alemão foi fugindo para a Alemanha e deixando a França. Era o início da derrota de Hitler, que na verdade já vinha desde as batalhas de Stalingrado e Kursk, em 1943. Os Aliados encontraram o exército alemão já fragilizado pelas batalhas soviéticas e muito misturado. Muitos regimentos eram formados por soldados de outras nacionalidades, que desertaram da guerra, fragilizando o exército alemão. Pode-se dizer que o desembarque na Normandia foi a gota d'água.

Adverso - O que representam para o senhor as comemorações do Dia D?

Roche - Durante muito tempo não se comemorou essa data. Na realidade, o dia D caiu no esquecimento. Mas dessa vez foi uma oportunidade para os Estados Unidos darem uma maior relevância e ao mesmo tempo fazerem uma ligação com a Guerra do Iraque, quando o presidente Bush, em seu discurso, comparou o sacrifício dos soldados norte-americanos em 1944, libertando a Europa, com o dos soldados de hoje, libertando o Iraque. É evidente que esse comentário não foi bem aceito na Europa, nem pelos veteranos norte-americanos que acharam uma comparação pejorativa, porque o desembarque na Normandia foi uma ato de civilização, uma tentativa de destruir uma ideologia facista, enquanto a invasão do Iraque diz respeito apenas ao petróleo.

Adverso - Como o senhor vê o convite à Alemanha para participar das comemorações dos 60 anos do desembarque? Seria um indício de que o Mundo a perdoou?

Roche - Essa não foi a primeira vez que os alemães participaram. Eles estiveram presentes também em 1964, no aniversário de 20 anos. Nós europeus toma-

mos a decisão não exatamente de perdoar, mas de tentar superar os antagonismos olhando apenas para o futuro. O passado deve ser respeitado, mas a visão da Europa e do conjunto, onde a Alemanha tem um papel decisivo, é de pensar apenas no futuro.

Adverso - Em suas palestras, o senhor sugere que os Estados Unidos estariam usando as festividades do Dia D em interesse próprio. O que o governo Bush pretende?

Roche - A administração Bush, ultraconservadora, tenta mostrar para o mundo que a Guerra do Iraque foi absolutamente positiva, na medida que depôs um ditador e impediu a proliferação de armas químicas. Mas na verdade esse discurso não está convencendo ninguém. Hoje o governo Bush luta contra uma derrota eleitoral, porque ninguém mais acredita nessa versão de um Iraque poderoso que poderia perturbar o mundo como a Alemanha de 1944, que tinha a hegemonia da Europa inteira e era talvez a maior potência industrial. O Iraque é um país pobre, mas que tem a segunda maior reserva de petróleo, daí o interesse do governo norte-americano de derrotar Sadan Hussein.

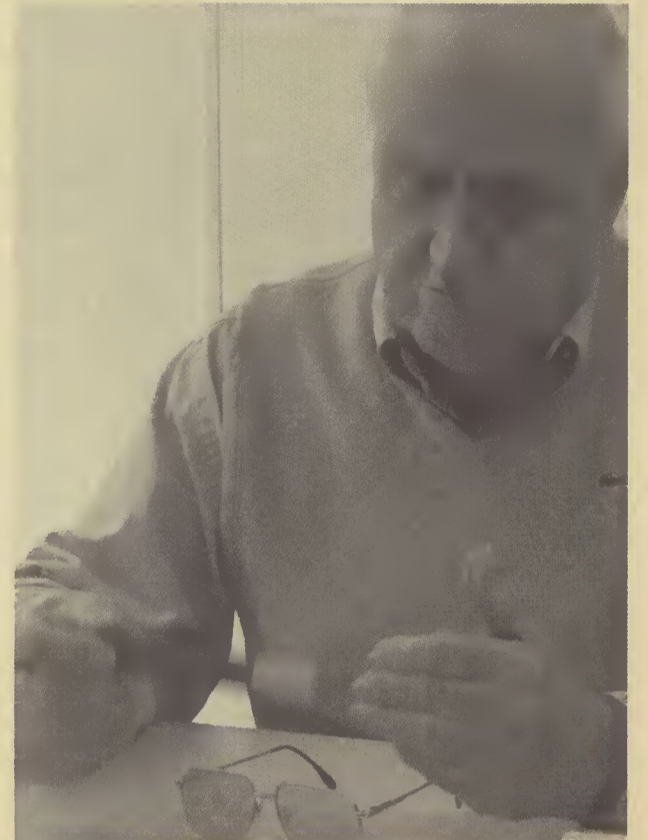
Adverso - O senhor acredita que há uma estratégia para reconstruir a imagem dos Estados Unidos como nação de guerra?

“Os Estados Unidos já foram uma solução para o Mundo, hoje representam um problema”

Roche - Evidentemente. Eles querem fazer uma ligação entre as cruzadas da liberdade de 1944, para libertar a Europa e o Mundo, com a Guerra do Iraque. Mas o exército norte-americano daquela época era democrático, vinha de uma mobilização geral do povo. Na realidade, mais de 15 milhões de pessoas foram mobilizadas durante a Segunda Guerra Mundial. Hoje, o exército norte-americano é formado por soldados contratados, o que chamamos na França de "soldados de profissão".

Adverso - Ficou comprovado que todos os argumentos usados pelos Estados Unidos para justificar a invasão ao Iraque eram falsos. O senhor acha que esse fato acabará no esquecimento ou servirá para acelerar a decadência norte-americana?

Roche - Não é tão fácil falar sobre uma falência dos Estados Unidos, que ainda são uma potência enorme, mas qualquer país pode chegar a um teto e depois cair devagar. Durante muito tempo os Estados Unidos já foram uma solução para o Mundo, quando eram uma nação democrática. Hoje representam um problema. Na realidade, eles estão externando os problemas interiores, sobretudo o consumo exagerado de petróleo. Os Estados Unidos não são únicos, há outros países com potencial de destaque como a China, a Rússia, a União Europeia, o Brasil e a Índia. Todos devem trabalhar juntos



Roche: "O desembarque na Normandia foi um ato de civilização, a invasão do Iraque diz respeito apenas ao petróleo"

em busca de soluções para os problemas mundiais. A África hoje é um continente infeliz, completamente esquecido, sem possibilidade de se auto-organizar.

Adverso - O senhor acredita que os Estados Unidos poderiam fazer o mesmo que fizeram no Iraque aqui na América do Sul, sob o argumento de combater ao narcotráfico?

Roche - Acho que a experiência do Iraque foi decisiva. No dia 1º de maio de 2003, o presidente Bush declarou que a guerra havia terminado e que era hora de reunificar o Oriente Médio. Ao invés disso, aconteceu justamente o contrário. O povo iraquiano não tem a bomba atômica ou outras armas poderosas, mas tem coragem de se levantar nas ruas e de atacar. A guerrilha, às vezes, é uma arma poderosa. Nós vimos na Segunda Guerra que a atuação da resistência francesa foi decisiva para o sucesso do desembarque dos Aliados. A guerrilha hoje no Iraque é muito forte, já se estendeu ao Afeganistão, Paquistão, Arábia Saudita e vai cada vez mais tomando conta do Oriente Médio. Daqui a pouco, Bush vai sentir o peso da derrota. Isso impediria que os Estados Unidos tentassem fazer o mesmo na América do Sul.

Adverso - Como o senhor avalia a crise no Oriente Médio e quais as saídas para o Iraque?

Roche - É difícil de saber com clareza como o Oriente Médio pode ficar. A Arábia Saudita, maior exportador de petróleo do Mundo, e Israel sempre foram os melhores aliados dos Estados Unidos. Hoje, Israel tenta resolver os problemas com os palestinos com violência e a monarquia da Arábia Saudita está desintegrada. A perda da estabilidade política afeta a produção de petróleo, quando vivemos em uma época da hegemonia completa do petróleo. A situação do Oriente Médio é muito difícil, há muitos interesses envolvidos. O Iraque está um caos e esconde interesses do mundo inteiro. Mas os países desenvolvidos precisam de governos no Oriente Médio que tenham uma administração efetiva e que representem o povo. Eles não têm condições de administrar o Oriente Médio inteiro. Isso seria um erro, que cometeu Bush.